Sumário

APRESENTAÇÃO 5

PREFÁCIO 9

INTRODUÇÃO 17

1. REGIONALISMOS E MULTICULTURALIDADE 27
   - 1.1. Cultura, identidade e grupo de pertença: conceitos introdutórios 29
   - 1.2. O Brasil em seus "Brasis": diversidade étnica e sociedade multicultural 37
   - 1.3. Crítica aos transplantes jurídicos e à dogmática penal importada: transplantes dogmáticos e validade normativa em sociedades plurais 43
   - 1.4. A criminalização de práticas culturalmente situadas: estudo de casos na realidade brasileira 48
     - 1.4.1. A vaquejada e a tensão entre normatividade local e imputação penal 49
     - 1.4.2. Rituais indígenas e colisões normativas 52
     - 1.4.3. A atuação das parteiras tradicionais e o embate entre medicina hegemônica e práticas locais de cuidado 56
     - 1.4.4. A pesca artesanal e os limites da imputação penal em contextos de subsistência 59
     - 1.4.5. Rituais afro-brasileiros: racismo institucional e criminalização de práticas culturais 63
   - 1.5. Da heterogeneidade à dogmática: calibrando a imputação objetiva em contextos desiguais 67

2. DA SOCIOLOGIA AO DIREITO PENAL 77
   - 2.1. Uma posição sistêmica inicial 79
   - 2.2. O direito visto sob a ótica da teoria dos sistemas 83
   - 2.3. Delimitação de papéis e estandardização de comportamentos 91
   - 2.4. Acoplamentos estruturais entre a teoria crítica dos sistemas e a dogmática penal 93

3. PRINCÍPIOS E ALICERCES TEÓRICOS DE FORMATAÇÃO DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA 97

3.1. A contextualização do problema como ponto de partida 100

3.2. Bases de (in)formação da teoria da imputação objetiva 103

3.3. Apontamentos dogmáticos sobre a teoria da imputação objetiva: do correto ao problemático 110

3.4. O direito posto e o limite do necessário como parâmetro de proteção 117

4. IMPUTAÇÃO OBJETIVA COMO TÉCNICA NEGATIVA DA TIPICIDADE: CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO E PROTOCOLO DE DECISÃO 125

4.1. Finalidade, método e critérios de contenção da imputação objetiva 129

4.2. Causalidade do resultado como condição necessária 135

4.3. A centralidade do risco: criação e realização do perigo juridicamente não admitido 141

4.3.1. Risco como categoria-ponte: da semântica social ao parâmetro normativo de imputação 144

4.3.2. Risco juridicamente desaprovado: da semântica social à forma dogmática 147

4.4. Fecho teleológico: fim de proteção da norma, confiança, intervenções de terceiros e autorresponsabilidade 152

4.5. Papéis normativos, expectativas de conduta e imputação objetiva 157

4.6. Plano metodológico de imputação objetiva para casos em contextos desiguais 165

5. TIPICIDADE PENAL: RISCO, PADRÕES PÚBLICOS E FIM DE PROTEÇÃO 171

5.1. Risco, fim de proteção e padrões públicos de imputação em contexto desigual 174

5.2. Tradução intercultural do dever de cuidado e exigibilidade qualificada 188

5.3. Fim de proteção da norma e a entrada controlada de padrões extrajurídicos 192

5.4. Prova pelos casos: protocolo de imputação objetiva situada 199

5.4.1. Vaquejada: cultura estabilizada, risco normativamente selecionado e fechamento teleológico 201

5.4.2. Rituais indígenas: colisões normativas e tradução intercultural 204

5.4.3. Parteria tradicional: cuidado comunitário, triagem e retaguarda como critérios de imputação objetiva no parto de baixo risco 208

5.4.4. Pesca artesanal: imputação objetiva, normas penais em branco e cultura ribeirinha 213

5.4.5. Rituais afro-brasileiros: imputação objetiva entre ruído, sacrifício ritual e controle de seletividade na proteção de bens difusos 222

CONCLUSÃO 229

REFERÊNCIAS 237